

LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO PARQUE ESTADUAL DO CÂNION DO RIO POTI, MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES, PIAUÍ

DOI <http://dx.doi.org/10.55449/congea.13.22.XI-012>

Thabata Aparecida Costa Bezerra (*), Marcélia Basto da Silva, Teresa Raquel Brito Sousa, Vitória Gleyce Alves Ramos, Raimundo Coelho de Oliveira Filho

* Executiva Consultoria e Projetos; e-mail thabataparecida@hotmail.com

RESUMO

Unidades de Conservação (UC) são áreas essenciais para reduzir os impactos negativos gerados nos ecossistemas, contribuindo para o bem-estar da população, e sua criação e preservação deve ser realizada mediante a participação dos indivíduos que residem próximo a sua área. O Parque Estadual do Cânion do Rio Poti está localizado em Buriti dos Montes, com uma área de 24.772,23 ha e apresenta uma grande diversidade de ecossistemas, além de locais de grande relevância biológica e paisagística, sendo considerado um local de extrema importância para a proteção da biodiversidade. O objetivo desta pesquisa foi realizar o levantamento socioeconômico das comunidades do entorno da UC, através de entrevistas semiestruturadas com diversos agentes sociais, mediante a aplicação de questionários. Como resultados, foram entrevistados 184 moradores de 11 comunidades do entorno da UC, onde observou-se que 69% dos moradores são do sexo feminino e 31% são do sexo masculino. A maioria da população entrevistada encontra-se na faixa etária de 51 a 60 anos ou estão acima dos 60 anos, representando 51% dos entrevistados, enquanto os jovens, com idade de 21 a 50 anos, representam 42% da amostra, apontando para um envelhecimento populacional, aspecto que deve ser levado em consideração no planejamento da UC. A renda das famílias provém principalmente do trabalho rural (49% entrevistados), sendo que 61% vivem com renda entre um e dois salários mínimos e 31% vivem com menos de um salário mínimo, além de 57% receberem algum benefício do governo. Quanto ao saneamento, em 69,8% das residências o abastecimento de água é feito através de poço, enquanto 14,2% possuem poço nascente na propriedade, e os demais moradores utilizam a rede pública (7%) ou carro pipa (9%). Quanto ao destino do lixo, 49% tem acesso à coleta semanal, 17% possuem coleta por caçamba e 5% despejam o lixo em terreno baldio, além de 29% das pessoas que fazem uso do fogo para eliminar o lixo. Sobre a escolaridade, 21% da população foi considerada analfabeta e 34% possuem ensinos fundamental e médio completo. Em relação ao nível de influência da UC na vida dos moradores, 48% afirmaram que a UC é muito importante, 29,2% relataram ter pouca influência e 22,8% relataram que é moderada. Quanto aos problemas identificados na UC, 28% afirmaram ser a falta de estrutura para visitação, 16% o excesso de lixo, 15% as queimadas, 5% a poluição da água, e 36% não souberam responder. Com estes resultados, ressalta-se que relacionar os dados socioeconômicos dos indivíduos com sua percepção ambiental torna-se essencial para entender a relação do homem com o ambiente, suas expectativas e ações, devendo o órgão gestor da UC levar em conta a realidade da comunidade local no seu planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, Piauí, Socioeconomia, Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

Levantamentos socioeconômicos constituem-se em um dos mecanismos utilizados no processo de investigação, percebendo as limitações e potencialidades locais, como forma de compreender a realidade de uma região, buscando alternativas viáveis para a mesma. Por meio deste, torna-se possível realizar o desvelamento da realidade social dos sujeitos, utilizando instrumentais adequados para a coleta e análise das informações (JEANNOT, 2013).

As Unidades de Conservação são áreas essenciais para reduzir os impactos negativos gerados nos ecossistemas, contribuindo para o bem-estar da população. No entanto, a criação e preservação de uma UC, deve ser realizada mediante a participação dos indivíduos que residem próximo a sua área, já que a inclusão social é essencial para que a comunidade local consiga contribuir significativamente na fiscalização dos fatores que possam afetar a UC e sua conservação ambiental (JEANNOT, 2013).

O Estado do Piauí contém 13 Unidades de Conservação Estaduais (APA Alto Curso dos Rios Gurguéia e Uruçuí-Vermelho, APA Ingazeiras, APA Lagoa de Nazaré, APA das Nascentes do Rio Canindé, APA das Nascentes do Rio Longá, APA das Nascentes do Rio Uruçuí-Preto, Área de Relevante Interesse Ecológico da Lagoa do Portinho, Estação Ecológica da Chapada da Serra Branca, Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu, Parque Estadual do Rangel, Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, Parque Estadual da Serra de Santo Antônio e Parque Estadual Zoobotânico), o que juntas representam uma área de 415.637,01ha (LEITE; IVANOV, 2020).

O Parque Estadual do Cânion do Rio Poti foi criado através do Decreto Estadual nº 17.429, de 18 de outubro de 2017, e tem como objetivos: Manter o suporte aos processos ecológicos capazes de garantir a preservação da biodiversidade local e contribuir com serviços ambientais para as populações locais; Proteger as zonas de recarga dos aquíferos que garantem o caráter perene do trecho do Rio Poti, bem como das nascentes de seus afluentes, garantindo a segurança hídrica das comunidades locais, garantindo a qualidade satisfatória dos recursos hídricos, enfatizando-se o lençol freático, a conservação dos leitos naturais das águas fluviais, evitando o assoreamento e as agressões por poluentes; Contribuir para a preservação de um grande fragmento de caatinga pouco degradado e com muitas espécies ameaçadas da flora nordestina, habitat de várias espécies da fauna da região, em especial o Tatu-bola, espécie endêmica do Brasil e ameaçada de extinção; Preservar a beleza cênica da área, garantindo a integridade da paisagem e especialmente os sítios de gravuras rupestres localizados nas margens do Rio Poti, nas proximidades da comunidade de Conceição dos Marreiros e no Poço Comprido, de grande relevância antropológica, por serem registros dos primeiros povos que habitaram as Américas; Possibilitar e controlar o uso do potencial ecoturístico de um dos principais trechos do Cânion do Rio Poti (Poço do Canalão), feição geomorfológica de extrema beleza cênica, caracterizada por grandes desfiladeiros e fiscalizar a prática de atividades esportivas, culturais e científicas, e de turismo ecológico, compatíveis com a preservação ambiental; Fomentar a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação dos valores culturais, históricos e arqueológicos (GOVERNO DO PIAUÍ, 2017).

Diante da importância da área para a conservação dos recursos naturais, é crucial que seja realizado o levantamento de dados, verificando o perfil socioeconômico, a análise do modo de vida dos sujeitos, suas tradições, o aspecto e os conflitos ambientais, levando em consideração os indivíduos que dependem dos recursos naturais da Unidade de Conservação, observando a percepção ambiental dos mesmos (SANTOS, 2014).

OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa foi realizar o levantamento e a análise das informações socioeconômicas das comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, através de dados pessoais, socioeconômicos, culturais e sobre a Unidade de Conservação, como forma de compreender as particularidades presentes na área de entorno do Parque, a fim de subsidiar uma tomada de decisão acerca do planejamento e gestão da Unidade de Conservação.

METODOLOGIA

Esta é uma compilação dos dados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito dos Levantamentos de Campo e Estudos Específicos para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, o qual aborda o levantamento do perfil socioeconômico da comunidade do entorno da Unidade de Conservação (UC), sob parceria e supervisão do órgão gestor, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR).

O Parque Estadual do Cânion do Rio Poti está localizado no município de Buriti dos Montes, na Mesorregião Centro-Norte do Estado do Piauí, conta com uma área de 24.772,23 hectares e apresenta uma grande diversidade de ecossistemas, além de locais de grande relevância biológica e paisagística, sendo considerado um local de extrema importância para a proteção das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos recursos hídricos e qualidade ambiental das águas (MORAES; ARAÚJO; CONCEIÇÃO, 2020). Constitui-se em uma das maiores Unidades de Conservação do domínio fitogeográfico da Caatinga no Brasil, o que assegura a manutenção de serviços ecológicos e ambientais essenciais para a sociedade (MORAES; ARAÚJO; CONCEIÇÃO, 2021), apresentando um mosaico de ambientes naturais e de cobertura vegetal, alta riqueza e diversidade local de espécies vegetais e animais (MORAES; ARAÚJO; CONCEIÇÃO, 2020).

O estudo possui uma característica exploratória e analítica, constituindo-se em uma pesquisa de campo para coleta de dados primários, além de ter como suporte uma pesquisa bibliográfica, para coleta de dados secundários, através de artigos científicos, livros e dissertações de mestrado que deram suporte para a construção da discussão em questão. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com diversos agentes sociais, mediante a aplicação de questionários, na qual o entrevistado pode falar livremente sobre o assunto (GIL, 1999). Os questionários tiveram caráter quantitativo (instrumento estatístico) e análise qualitativa. As entrevistas foram realizadas por uma equipe de três pesquisadores, através do método de busca ativa, o qual consiste em ir à procura de indivíduos, interagindo com sua realidade social (PEREIRA, 2013).

RESULTADOS

Foram entrevistados 184 moradores de 11 comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti (Tabela 1). Observou-se que 69% dos moradores do entorno da UC são do sexo feminino (n=131), enquanto 31% são do sexo masculino (53). A maioria da população entrevistada encontra-se na faixa etária de 51 a 60 anos (n=53) ou estão acima dos 60 anos (n=41), representando 51% dos entrevistados, enquanto os jovens, com idade de 21 a 50 anos, representaram 42% da amostra (n=78) (Tabela 1). Essas informações apontam para um envelhecimento populacional, aspecto que deve

ser levado em consideração no planejamento da Unidade de Conservação, principalmente em relação ao acesso à saúde, abrangendo melhores condições médico-sanitárias e o acesso à informação e educação. A maioria dos entrevistados declarou-se parda (n= 137) e casados (n= 129) (Tabela 1).

Tabela 1. Dados pessoais dos moradores do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Cor/Etnia: B- branco; P- pardo; N- negro. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

COMUNIDADES	SEXO		IDADE						COR/ETNIA		
	Masculino	Feminino	16-20	21-30	31-40	41-50	51-60	≥60	B	P	N
Cana Brava	10	26	3	5	7	4	10	7	7	23	6
Santo Antônio	8	13	0	1	1	2	8	9	3	14	4
Conceição dos Marreiros	3	16	0	0	2	3	8	6	6	12	1
Jatobá Medonho	6	0	0	0	2	3	1	0	0	2	4
Lembrada	0	5	1	0	0	2	0	2	0	5	0
Queimada da Onça	0	4	0	1	0	0	3	0	0	2	2
Poço Comprido	0	4	0	0	0	1	1	2	0	0	4
Cangaia	0	4	1	0	0	0	1	2	1	2	1
Santana	5	14	0	0	3	4	7	5	1	17	1
Assentamento Jurema	5	9	0	0	0	2	8	4	0	12	2
Bairro Barragem	16	36	7	19	5	11	6	4	3	48	1
TOTAL	53	131	9	26	20	32	53	41	18	137	26

Em relação à origem, a maioria dos moradores nasceram no Piauí (89%; n=164), enquanto 20 sujeitos são nativos do Ceará, pontuando a ocorrência da imigração de alguns indivíduos de outros Estados para o Piauí. No que tange ao tempo de moradia na comunidade, a maioria dos entrevistados (n=91) reside a mais de 30 anos na região, o que torna uma comunidade diferenciada em relação às outras, aproximando-os do perfil de uma comunidade tradicional (Figura 1).

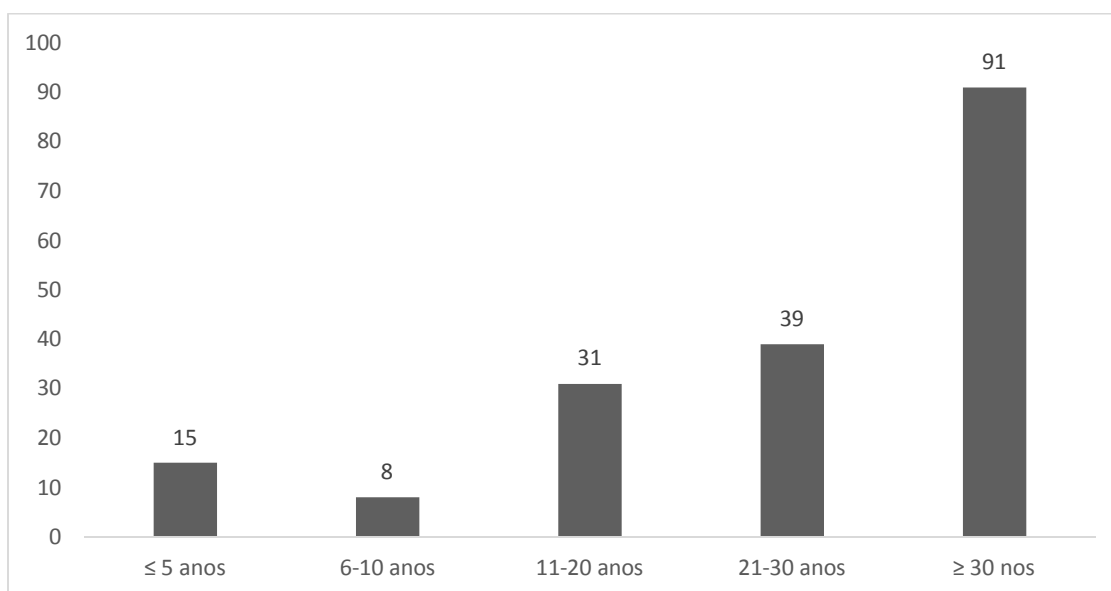


Figura 1: Tempo de residência dos moradores das comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

Sobre a condição socioeconômica, a renda das famílias provém, em 49% dos entrevistados, do trabalho rural, sendo que 61% vivem com renda entre um e dois salários mínimos e 31% vivem com menos de um salário mínimo. Como renda

complementar 57% dos entrevistados recebe algum benefício do governo, seja através do Programa Auxílio Brasil ou pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em relação a quantidades de pessoas por residência, 55% informaram haver até 3 sujeitos residindo na mesma casa, enquanto 42% informaram haver entre 4 a 6 pessoas em sua residência. No quesito trabalho, 38,5% dos entrevistados (n=71) informaram que apenas um sujeito trabalha na residência, sendo o provedor do lar, enquanto 29,3% (n=54) relataram não haver nenhum indivíduo realizando atividades laboral em sua casa (Figura 2).

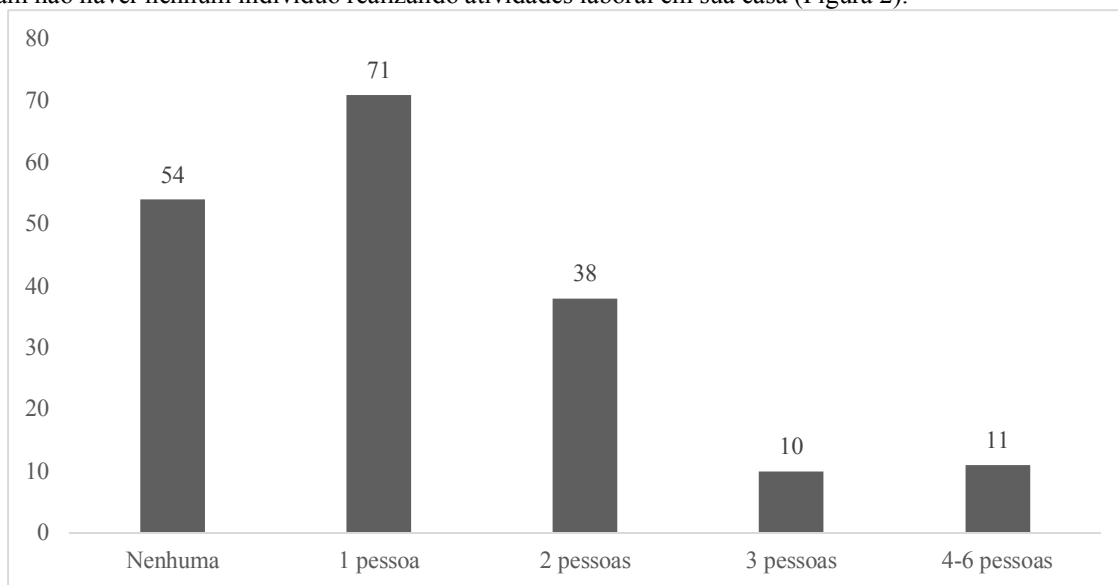


Figura 2: Número de pessoas que trabalham, por residência, das comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

Quanto ao saneamento básico ambiental, em 69,8% das residências o abastecimento de água é feito através de poço, que fica fora da propriedade, enquanto 14,2% possuem poço nascente na propriedade, e os demais moradores utilizam a rede pública (7%) ou carro pipa (9%). No que se refere à rede de esgoto, 50% utilizam fossa séptica, enquanto 27% destinam os resíduos em valas, os demais moradores utilizam fossa negra (14,2%) ou jogam na rua (8,8%). Com relação ao destino do lixo, 49% informaram ter acesso à coleta semanal, 29% fazem a queima do lixo, enquanto 17% possuem coleta por caçamba e 5% despejam o lixo em terreno baldio, além de 28,1% das pessoas que informaram fazer uso do fogo para eliminar o lixo, o que pode gerar prejuízos ambientais para a região e para a UC (Figura 3).

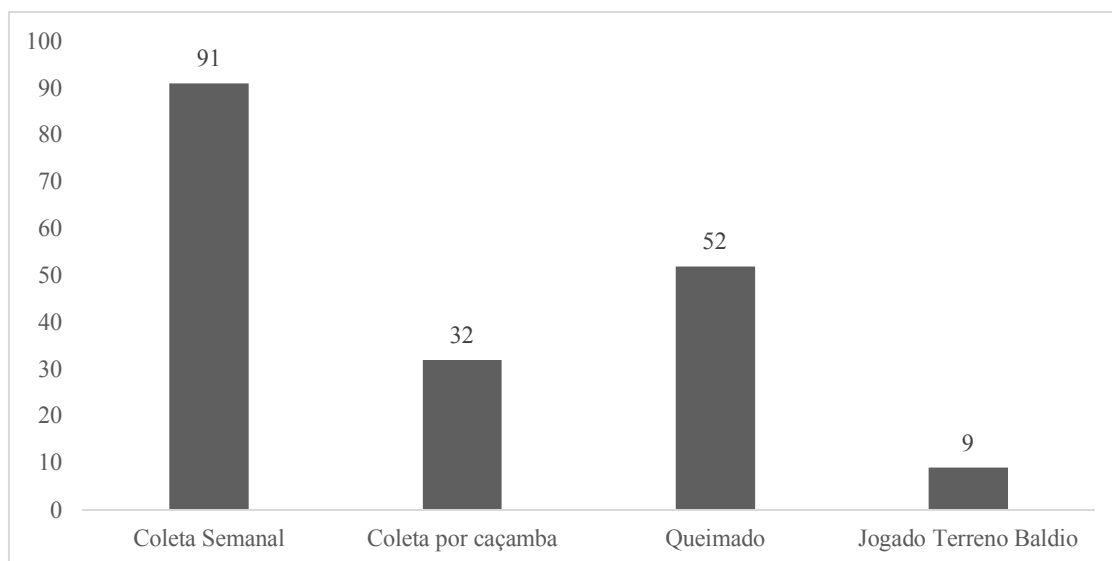


Figura 3: Destino do lixo das comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

Sobre a escolaridade, percebeu-se que o grau de instrução de ensino das pessoas entrevistadas é relativamente baixo, onde 21% da população do entorno da UC são consideradas analfabetas (n=38), já que não sabem ler e nem escrever, e 34% possuem ensinos fundamental (n=28) e médio completo (n=34) (Figura 4). Desse modo, visualiza-se a necessidade de um maior investimento em educação, para que o nível educacional não seja precário.

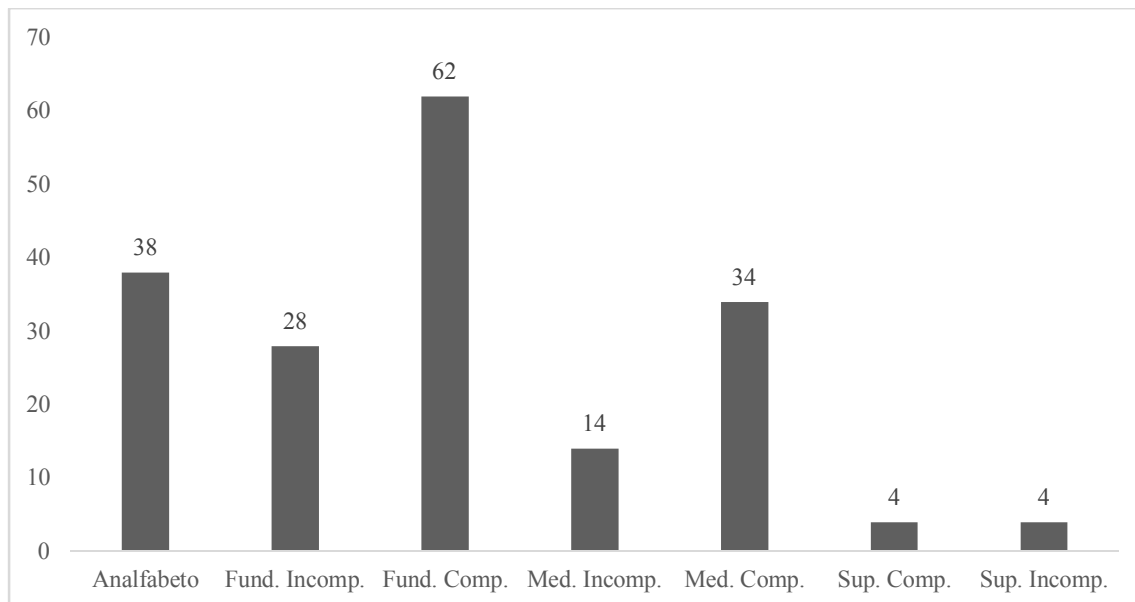


Figura 4: Escolaridade das comunidades do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

Em relação a percepção ambiental sobre o Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, 67% afirmaram saber que a região é uma Unidade de Conservação, enquanto 33% não tinham conhecimento dessa informação. Além disso, 75% dos entrevistados (n=138) informou que não frequenta a UC, deixando de desfrutar da beleza cênica e das possibilidades que a mesma oferta.

Em relação ao nível de influência que a Unidade de Conservação exerce na vida dos moradores, 48% afirmaram que a UC é muito importante, 29,2% relataram ter pouca influência em sua vida e 22,8% relataram que essa influência é moderada. Cabe mencionar ainda que, mesmo que haja uma parcela significativa de indivíduos que não exercem atividade econômica na UC (n= 178), estes a consideram como muito influente na sua vida. Os moradores foram questionados quanto aos problemas identificados na UC, 28% afirmaram que a maior problemática refere-se à falta de estrutura para visitação, 16% se incomodam com o excesso de lixo, 15% informaram que as queimadas seriam um dos maiores problemas do PES do Cânion do Rio Poti, 5% pontuaram que seria a poluição da água, e 36% não souberam responder o questionamento (Tabela 2).

Tabela 2. Problemas identificados na UC segundo os moradores do entorno do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti. Fonte: Executiva Consultoria e Projetos (2021).

Não soube responder	Poluição da água	Queimadas	Excesso de lixo	Falta de Estrutura de Visitação	Outros
76	11	31	35	43	18

CONCLUSÃO

As Unidades de Conservação são áreas essenciais para reduzir os impactos negativos gerados nos ecossistemas, contribuindo para o bem-estar da população. No entanto, a criação e preservação de uma UC, deve ser realizada mediante a participação dos indivíduos que residem próximo a sua área, já que a inclusão social é essencial para que a comunidade local consiga contribuir significativamente na fiscalização dos fatores que possam afetar a UC e sua conservação ambiental (JEANNOT, 2013). Diante dos resultados apresentados, ressalta-se que relacionar os dados socioeconômicos dos indivíduos com a percepção ambiental dos mesmos, torna-se essencial para entender a relação que ocorre do homem

com o ambiente, suas expectativas e ações. A Unidade de Conservação, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, protege a biodiversidade e permite a transformação socioambiental dos moradores do entorno. Assim, o órgão gestor da Unidade de Conservação deve levar em conta a realidade da comunidade local, sendo viável a participação de todos os atores sociais no seu planejamento, contribuindo para a preservação da mesma. Com isso, a UC pode gerar uma identidade com a população, gerando um vínculo afetivo e possibilitando que esta preserve as áreas, desenvolvendo um sentido comum entre ambos. Verificou-se a necessidade de desenvolver ações de Educação Ambiental como forma dos indivíduos compreenderem a importância da Unidade de Conservação e de sua preservação, identificando suas fragilidades e buscando alternativas viáveis para as problemáticas junto ao poder público, inclusive participando de associações ambientais, como forma de adquirirem mais conhecimento sobre a UC, sendo ativos na fiscalização e gestão da mesma. Com isso, torna-se viável a participação dos indivíduos em espaços de discussões ambientais, inclusive sobre a pauta do desenvolvimento sustentável, como forma de contribuir na condução das políticas públicas, melhorando suas condições de vida, fortalecendo o aspecto associativo e ampliando seu acesso ao conhecimento no processo democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
2. Governo do Piauí. **Decreto nº 17.429 de 18 de Setembro de 2017**. Cria o Parque Estadual do Cânion do Rio Poti e dá outras Providências. Diário Oficial do Governo do Piauí. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5464>>. Acesso em: 9 set. 2022.
3. Jeannot, K.K. **Análise participativa da efetividade do Parque Estadual de Ibitipoca**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Natureza). Universidade Federal de Lavras. 2013. 79p.
4. Leite, R.S., Ivanov, M.M.M. Caracterização das Unidades de Conservação do estado do Piauí. In Ivanov, M.M.M. [Org]. **Unidades de Conservação do Estado do Piauí**. Teresina, EDUFPI. 429 p. 2020.
5. Moraes, L.A., Araújo, M.F.V., Conceição, G.M. O processo de criação e implantação do Parque Estadual Cânion do rio Poti, Buriti dos Montes, Piauí. **Research, Society and Development**, p.1-37. 2020.
6. Moraes, L.A., Araújo, M.F.V., Conceição, G.M. Levantamento florístico das angiospermas do Parque Estadual Cânion do rio Poti, Buriti dos Montes – PI. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 4, p. 1987-2014. 2021.
7. Pereira, M. O. Busca ativa para conhecer o motivo da evasão de usuários em serviços de saúde mental. **Acta paul. enferm.** v. 26, n. 5, p. 409-122. 2013.
8. SANTOS, K. P. **Levantamento do perfil socioeconômico, da percepção ambiental e dos conflitos no entorno do Parque Estadual da Lagoa do Açú/RJ**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2014, 92p.